

**PROCESSO** - A.I. Nº 269356.0251/02-4  
**RECORRENTE** - CLEMENTINO & FILHOS LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 1º JJF nº 0016-01/03  
**ORIGEM** - INFAZ JUAZEIRO  
**INTERNET** - 22.04.03

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0146-11/03

**EMENTA:** ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. **a)** SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A diferença das quantidades de saídas de mercadorias, apurada mediante levantamento quantitativo de estoques constitui, comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal exigível. **b)** ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. Deve ser exigido o imposto tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária, no caso, o das entradas. Indeferido o pedido para a realização de perícia fiscal. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 1ª JJF, que julgou o Auto de Infração Procedente – Acórdão JJF nº 0016-01/03 – lavrado em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributáveis, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurada através de levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado (1997) - R\$3.078,30;
2. Falta de recolhimento do imposto pela presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, anteriormente efetuadas, sem emissão de documentos fiscais e conseqüentemente sem as respectivas escriturações, o que autoriza a cobrança de imposto decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, caracterizando a existência de saídas não contabilizadas, empregadas no pagamento das citadas entradas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício fechado (1998) - R\$5.025,97.

Na Decisão recorrida, após rejeitar a preliminar de nulidade alegada e indeferir o pedido de diligência requerida pelo autuado, o seu relator prolatou o seguinte voto, quanto ao mérito:

*“No mais, analisando a defesa, somente houve questionamento efetivo dos estoques iniciais do exercício de 1997 quanto as mercadorias: farol, fechadura, filtro, amortecedor, bateria, colméia, buzina, cabo de acelerador, cruzeta, disco de freio e disco de embreagem. O autuado afirmou que o preposto fiscal não havia considerado os*

*estoques iniciais existentes e escriturados no livro Registro de Inventário, indicando, uma a uma, as quantidades não informadas. Observando o levantamento fiscal (fl. 41 do PAF), todas as quantidades indicadas pelo impugnante estão no levantamento fiscal consignadas. Assim, não posso considerar este questionamento.*

*No mais, a "Planilha de Demonstrativo de Estoques" para os exercícios de 1997 e 1998, elaborada pelo contribuinte, além de encontrar-se em desconformidade com as normas tributárias vigentes, como exemplifico: não quantifica as saídas de mercadorias com notas fiscais, aponta inexistência de quantidades nos estoques finais, quando, efetivamente, seu próprio livro Registro de Inventário comprova o contrário (ex: cadeado - estoque final de 94 unidades do livro de Inventário conforme fl. 174) e utiliza o mesmo preço médio unitário para os dois exercícios. E, para finalizar, não foi anexado aos autos qualquer prova material para embasá-las.*

*Por estas razões, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração para exigir o ICMS no valor de R\$8.104,27."*

No Recurso Voluntário, o recorrente, após dizer que não viu “sinceramente em que se fundamentou a autoridade monocrática [referindo-se a 1ª JJF], para julgar procedente este Auto de Infração”, limitou-se a questionar o levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias, porque não teria sido considerado o saldo final de seu estoque em 31-12-1996, requerendo a realização de perícia contábil, para concluir solicitando o Provimento do seu Recurso Voluntário.

A Representante da PROFAZ, no seu pronunciamento, pontuou que as infrações apontadas pelo preposto fiscal estão devidamente comprovadas e tipificadas nos autos, haja vista não ter o recorrente até o presente momento apresentado qualquer prova documental que contrariasse os números apurados no lançamento.

Após citar o art. 142, do RPAF/99, que preceitua que a recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária, opinou pelo improvimento do Recurso Voluntário.

## VOTO

O recorrente solicitou a realização de perícia fiscal (que ele chama de perícia contábil).

Ocorre que o art. 145, do RPAF/99 e seu Parágrafo único, determinam que o interessado, ao solicitar a produção de prova ou a realização de diligência ou perícia fiscal, deverá, no pedido, fundamentar a sua necessidade, e em se tratando de solicitação de perícia fiscal, deverá formular no pedido os quesitos a serem respondidos, sob pena de indeferimento de plano, podendo indicar, se preferir, seu assistente técnico, indicando sua qualificação e endereço.

Não atendidos estes requisitos, pois o recorrente não fundamentou a necessidade da realização da perícia fiscal, tampouco apontou quesitos a serem respondidos, indefiro de plano o seu requerimento, até porque os elementos contidos nos autos são suficientes para a formação da minha convicção e a prova do fato não depende do conhecimento especial de técnicos (art. 147, I, “a” e II, “a”, do RPAF vigente)

No mérito, a sua alegação é que não foi considerado o estoque final existente em 31-12-1996, que vem a ser o inicial de 1997, exercício que faz parte da exigência contida na infração 1.

Este argumento denota desprezo pela capacidade dos membros deste Conselho de Fazenda, pois é o mesmo utilizado na impugnação inicial, sendo que lá questionou a inexistência do estoque inicial de 1997, sendo que o julgador de 1ª Instância, com toda a propriedade, não o considerou, observando que no levantamento fiscal (fl. 41 do PAF), todas as quantidades indicadas pelo impugnante estão ali consignadas.

Diante disto, em consonância com o opinativo da Representante da PROFAZ, e considerando o teor dos art. 142 e 143, do RPAF/99, que reza que a recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha, importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária, e que a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal, o meu voto é pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado pelo autuado, para homologar a Decisão recorrida.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269356.0251/02-4**, lavrado contra **CLEMENTINO & FILHOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$8.104,27**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de abril de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ – REPR. DA PROFAZ